



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6930

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Não votado, não tramitado

Autoria: Eurípedes Xavier Souto

Data: 10/02/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/2006. (NÃO VOTADO). Autoriza a Prefeitura Municipal de Montes Claros a isentar do pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, os aposentados por doença grave, que tenham uma renda mínima de até 2 salários mínimos e sejam proprietários de um único imóvel.

Controle Interno – Caixa: 26.3 **Posição:** 25 **Número de folhas:** 03

Especie: PL
Categoria: não tramitado, não votado
Cx: 26.3
Ordem: 25
nº fls: 02



Câmara Municipal de Montes Claros

Projeto de Lei nº ____/2006

AUTOR:

Eurípedes Xavier Souto

ASSUNTO:

Autoriza a Prefeitura Municipal de Montes Claros a isentar do pagamento de IPTU os aposentados por doença grave.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada: 10/02/06
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI Nº _____/06

Autoriza a Prefeitura Municipal de Montes Claros a isentar do pagamento de IPTU os aposentados por doença grave.

Artigo 1º- Fica autorizada a Prefeitura Municipal de Montes Claros a conceder isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano aos aposentados por doença grave, que percebam renda mensal de até dois salários mínimos e sejam proprietários de um único imóvel utilizado para fins de residência própria ou familiar.

Parágrafo Único – Para os efeitos desta Lei, são consideradas doenças graves a neoplasia maligna, nos termos do Inciso X do Artigo 20 da Lei Federal 8.036, de 11 de maio de 1990, além das patologias decorrentes da infecção pelo vírus HIV.

Artigo 2º - Para ter acesso ao benefício de que trata o *caput* do Artigo 1º o contribuinte interessado deverá apresentar solicitação, através de requerimento encaminhado à Prefeitura Municipal, ao qual deverá ser anexada toda a documentação necessária à comprovação da sua condição.

Artigo 3º - O contribuinte interessado deverá anexar ao requerimento os seguintes documentos:

- 1 - Documento comprobatório do motivo da sua aposentadoria, para fim de comprovação da causa da invalidez e da patologia de que for portador;
- 2 - Extratos dos 3 (três) últimos benefícios, expedidos pelo INSS ou pelo banco pagador, para fim de comprovação da renda;
- 3 - Certidões expedidas pelos Cartórios de Registro de Imóveis do município, para fim de comprovação da propriedade do imóvel;
- 4 - Documento comprobatório de adimplência do IPTU do imóvel em questão;
- 5 - Termo de Responsabilidade declarando que mora e é proprietário exclusivamente do imóvel objeto do benefício solicitado;
- 6 - Cópia dos documentos pessoais do proprietário do imóvel.

Artigo 4º - Esta Lei deverá ser regulamentada pelo Executivo Municipal no prazo de 90 dias após a sua publicação.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 9 de fevereiro de 2006.


Lipa Xavier
Vereador PCdoB





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei é meramente autorizativo, dando à Prefeitura Municipal de Montes Claros a possibilidade legal de, caso queira e julgue pertinente, conceder a isenção do pagamento do IPTU aos aposentados em decorrência da neoplasia maligna (câncer) e AIDS, desde que possuam renda de até dois salários mínimos e sejam proprietários apenas do imóvel em que residem.

Não se enquadra, portanto, na proibição que veda ao vereador a iniciativa de proposição de lei sobre matéria tributária ou que represente redução da arrecadação de receitas municipais, vez que caberá ao Executivo a decisão final sobre a sua aplicação.


Não obstante, o presente Projeto de Lei poderá ter largo alcance social e humanitário, já que concede o benefício da isenção do pagamento do IPTU apenas aos aposentados por neoplasia maligna e AIDS, e somente se forem contribuintes de baixa renda e possuidores de um único imóvel utilizado para moradia própria.

É sabido que os portadores de referidas patologias têm um gasto elevado com medicamentos, e dependem de cuidados especiais por parte de terceiros. Assim, é social e humanitariamente justa a concessão da isenção proposta por este Projeto de Lei.

Ademais, para o Município será pequeno o impacto na sua arrecadação total com o IPTU, enquanto para os que vierem a ser beneficiados será de grande importância nas suas vidas a isenção ora proposta.

Assim sendo, peço a todos os colegas desta Casa o voto favorável ao presente Projeto.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 9 de fevereiro de 2006.


Lipa Xavier
Vereador PCdoB

